



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007211-32.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais**  
Requerente: **Amauri Gomes dos Santos**  
Requerido: **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

A ação é parcialmente procedente.

O art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo dispõe:

“Ao servidor público estadual é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo, por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem com a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no artigo 115, XVI, desta Constituição.”

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968 dispõe:

“Art. 127. O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos.”

Verifica-se, então, que a Constituição do Estado de São Paulo assegura aos servidores públicos sexta-parte, sendo que, uma vez incorporados aos vencimentos, devem compreender todas as vantagens e parcelas que integram a remuneração do servidor, exceto créditos eventuais.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

No caso dos autos, à míngua de outros demonstrativos de pagamento, pois só foi apresentado o de fl. 45 (folha 07/2017), o adicional por tempo de serviço (quinquênios) só não incide sobre a gratificação executiva, prêmio de desempenho individual, art 133 CE Dif vencimentos e o adicional de insalubridade.

A Gratificação Executiva, segundo a norma de regência (LC nº 797/95) "será computada no cálculo do provento dos inativos" (art. 7º, I). Deste modo, trata-se de vantagem que se incorpora ao patrimônio do servidor, devendo compor a base de cálculo dos adicionais.

De fato, as verbas como a gratificação executiva, por configurarem verdadeiro aumento salarial, não podem ser consideradas eventuais, posto que têm caráter genérico e se incorporam aos vencimentos do servidor público paulista, ativos e inativos, de modo que devem ser levadas em conta no cálculo.

Já o Prêmio de Desempenho Individual (LC nº 1.158/2011) foi instituído em favor dos servidores integrantes das classes regidas pela Lei Complementar nº 1.080/2008 em efetivo exercício nas Secretarias de Estado e Autarquias, mediante processo de Avaliação de Desempenho Individual, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados. Tem, portanto, caráter *propter laborem*, não se incorporando aos vencimentos. Neste sentido, há entendimento da jurisprudência (AC nº 0023595-15.2013.8.26.0053, 11ª Câmara de Direito Público, Des. Rel. Oscild de Lima Junior, j. 25/03/14).

Com relação ao art 133 CE Dif vencimentos, referida verba é paga em razão da incorporação da diferença de valores decorrente do exercício de determinado cargo ou função com maior remuneração. Desse modo, sua incidência à sexta-parte e aos quinquênios recebidos pelo autor impõe-se medida de rigor.

No que tange ao adicional de insalubridade, constitui remuneração paga mensalmente ao trabalhador como forma de compensar o labor exercido em condições nocivas à sua saúde, com exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos. Este somente é pago enquanto a mencionada condição perdurar. Evidente, pois, que se trata de verba eventual, o que impede a inclusão na base de cálculo do quinquênio.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para o fim de declarar o direito do autor de receber os adicionais temporais (quinquênios) sobre as vantagens denominadas **Gratificação Executiva e a diferença de vencimento prevista no art 133 CE**, bem como condenar a ré a recalculer os quinquênios desde a data em que o autor começou a receber as vantagens supramencionadas, respeitada a prescrição quinquenal, até o limite máximo do valor da causa, sendo que as prestações em atraso deverão ser pagas de uma só vez, com correção monetária, desde a data do vencimento das prestações e acrescidas os juros de mora legais, desde a citação, conforme disposto no artigo 1º-F da lei 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios, ao teor do artigo 55 da Lei 9.099/95.

Sentença não sujeita a reexame necessário.

P.R.I.

Araraquara, 03 de setembro de 2018.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--